

# III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

## AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: CONTEXTO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

GT1 – Políticas Públicas, Gestão e Financiamento da Educação Básica

Soraya Pereira Militar<sup>1</sup>

Larlô Antonio Macêdo Andrade Nascimento<sup>2</sup>

**Resumo:** As políticas públicas são partes essenciais para o exercício da cidadania e da soberania democrática, pois a implementação destas afeta diretamente a comunidade, em se tratando do contexto educacional estas tendem a garantir o direito à educação e a cidadania. Sendo assim as políticas públicas educacionais no Brasil representam um conjunto de ações elaboradas pelo Estado para garantir acesso à educação previsto pela Constituição Federal de 1988 e pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), estas visam promover a equidade, igualdade e a inclusão social combatendo as desigualdades históricas que marcam o sistema educacional brasileiro. O presente resumo tem como objetivo analisar a relevância das políticas públicas para o fortalecimento da educação, compreendendo seu papel para a efetivação dos direitos à educação. A metodologia adotada baseia-se em pesquisa bibliográfica e análise documental, com referência a autores como Saviani, Gatti e Libâneo, que discutem a função social da escola e a relação entre Estado e educação. Os estudos indicam que, apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, persistem desafios quanto ao financiamento, à gestão democrática e à valorização dos profissionais da educação. Conclui-se que as políticas públicas educacionais devem ser constantemente revisadas e fortalecidas, garantindo a continuidade das ações e o compromisso com uma educação pública, gratuita e de qualidade social.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais. Gestão Democrática. Educação Pública. Estado.

### INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais constituem instrumentos fundamentais de intervenção do Estado na promoção do direito à educação assegurado como dever constitucional. No contexto brasileiro, elas expressam a materialização das diretrizes legais, políticas e pedagógicas voltadas à garantia do acesso, permanência e sucesso escolar de todos

---

<sup>1</sup>Pedagoga pela Universidade Estadual do Maranhão, Graduanda do Curso de Bacharel em Administração Pública do Núcleo de Tecnologia para Educação, Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz [sorayamilitar1@gmail.com](mailto:sorayamilitar1@gmail.com)

<sup>2</sup>Economista, tutor, pós-graduado, Núcleo de Tecnologia para Educação, Universidade Estadual do Maranhão, técnico de nível superior Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, Imperatriz [larlomacedo@gmail.com](mailto:larlomacedo@gmail.com)



Universidade Estadual  
da Região Tocantina  
do Maranhão



# III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

os cidadãos. Ao longo da história da educação no Brasil, observa-se que o Estado assumiu papel central na formulação de políticas voltadas à democratização do ensino, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, que consolidou a educação como direito social e bem público.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/1996) e a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), as políticas educacionais ganharam maior amplitude e sistematização, voltando-se à melhoria da qualidade, à gestão democrática e à valorização dos profissionais da educação. No entanto, apesar dos avanços institucionais, o sistema educacional brasileiro ainda enfrenta desafios expressivos, como o financiamento insuficiente, a desigualdade regional e as lacunas entre as metas estabelecidas e os resultados alcançados.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo discutir a importância das políticas públicas educacionais no Brasil, destacando seu contexto histórico, seus principais desafios e a necessidade de fortalecimento das ações estatais que promovam a equidade e a qualidade da educação. A análise parte de uma abordagem teórico-documental, baseada em autores que tratam da função social da escola e da responsabilidade do Estado na efetivação dos direitos educacionais.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental. A opção por esse método fundamenta-se na necessidade de compreender as políticas públicas educacionais a partir de suas bases legais, teóricas e históricas, bem como de analisar criticamente os documentos que norteiam a educação brasileira.

Foram consultadas obras de autores que discutem a relação entre Estado, sociedade e educação, como Dermeval Saviani (2008), Libâneo (2012) e Gatti (2013), além de legislações e diretrizes nacionais, tais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).



Universidade Estadual  
da Região Tocantina  
do Maranhão



# III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

A análise foi conduzida de modo a identificar os princípios orientadores dessas políticas e os desafios enfrentados na sua implementação.

O estudo seguiu um percurso analítico-descritivo, buscando compreender de que forma as políticas educacionais refletem as intenções do Estado frente às demandas sociais e às transformações históricas. A metodologia adotada permite refletir criticamente sobre os avanços e as limitações das ações governamentais voltadas para promoção de uma educação pública de qualidade, comprometida com a justiça social e a formação cidadã.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises das políticas públicas educacionais no Brasil evidenciam avanços significativos na ampliação do acesso e na consolidação do direito à educação. A partir da Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro assumiu de forma mais clara o compromisso com a universalização do ensino, a gestão democrática e a garantia de padrões mínimos de qualidade. O estabelecimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) representou um marco na política de financiamento, contribuindo para reduzir desigualdades regionais e ampliar os investimentos em redes municipais e estaduais. Para Saviani (2012)

Contudo, os desafios persistem e refletem a complexidade do sistema educacional brasileiro. As metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), por exemplo, ainda encontram entraves em sua plena execução, especialmente no que se refere à valorização docente, à melhoria da infraestrutura escolar e à efetivação da gestão democrática. Esses obstáculos revelam a necessidade de continuidade e aperfeiçoamento das políticas públicas, de modo que não se limitem a ações pontuais ou descontinuadas, mas expressem um projeto político de longo prazo voltado à equidade e à qualidade social da educação.

Além disso, observa-se que a implementação das políticas educacionais depende diretamente da articulação entre os entes federativos e da participação ativa da sociedade civil.



Universidade Estadual  
da Região Tocantina  
do Maranhão



# III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED

## II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

Segundo cita Souza (2006, p.26) “Política pública, é o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação[...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações [...]. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. Nesse contexto as políticas públicas são necessárias para a consolidação das ações do governo, todavia deve haver ampla ligação entre o Estado e quem formula as leis de âmbito social para se ter êxito em suas implementações.

A gestão democrática, prevista em lei, torna-se um elemento central nesse processo, pois possibilita o envolvimento da comunidade escolar nas decisões, fortalecendo o controle social e a transparência na utilização dos recursos públicos. Assim, a efetividade das políticas educacionais está intrinsecamente relacionada à capacidade de promover práticas colaborativas e participativas que consolidem uma educação pública comprometida com a cidadania e o desenvolvimento humano integral para comunidade, para Saviani (2007, p.4) a política assume um sentido amplo entre Estado, democracia e comunidade “[...] a formulação da política educacional deve levar em conta, do ponto de vista da forma, isto é, da perspectiva adotada, as determinações políticas ligadas aos mecanismos de poder, à correlação de forças e à legalidade e legitimidade instauradas pela forma de Estado e regime político prevaletentes, do ponto de vista do conteúdo, isto é, do objeto, as referidas políticas devem se pautar pelas exigências educacionais definidas no âmbito da ciência pedagógica.” Ou seja, devem partir da demanda social e oferecer direitos básicos ao cidadão.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas educacionais constituem o eixo estruturante da organização da educação no Brasil, expressando o compromisso do Estado com a formação cidadã e o desenvolvimento social. A análise realizada evidencia que, embora existam conquistas



Universidade Estadual  
da Região Tocantina  
do Maranhão



# III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

importantes, especialmente após a Constituição de 1988, os desafios permanecem profundos e exigem ações contínuas e integradas.

A efetividade dessas políticas depende de fatores como o financiamento adequado, a valorização dos profissionais da educação, a gestão democrática e a articulação entre os entes federativos. O fortalecimento de tais dimensões é indispensável para que o país avance na consolidação de uma educação pública de qualidade social, que não apenas garanta o acesso, mas assegure a aprendizagem significativa e a inclusão de todos os sujeitos.

Conclui-se, portanto, que a educação deve permanecer como prioridade nas agendas governamentais e que o debate sobre as políticas públicas precisam ir além do discurso, transformando-se em prática comprometida com a equidade, a justiça social e a formação integral. Somente por meio de políticas educacionais consistentes e sustentáveis será possível construir um sistema educacional verdadeiramente democrático e emancipador.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Plano Nacional *de* Educação (PNE 2014–2024): Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.

**CURY, Carlos Roberto Jamil**. Política educacional e legislação de ensino. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GATTI, Bernardete A. **Educação, escola e formação de professores**: políticas e impasses. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 50, p. 51-67, out. /dez.2013.

GOMES, Alfredo M. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2012.



Universidade Estadual  
da Região Tocantina  
do Maranhão



# III COLÓQUIO DE GESTÃO EDUCACIONAL NEPED II COLÓQUIO DE GESTÃO ESCOLAR

Gestão Democrática, Formação Docente e Políticas Educacionais

04 e 05 de dezembro 2025 - UEMASUL, Imperatriz - MA

**OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de.** Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, p. 5-23, jan. /abr. 2007.

**SAVIANI, Dermeval.** **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

**SAVIANI, Dermeval.** **Política e educação no Brasil:** o papel do Estado na organização da educação nacional. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

**SILVA, Tomaz Tadeu da.** **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

**SOUZA, Celina.** Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul. /dez. 2006, p. 20-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2025.



Universidade Estadual  
da Região Tocantina  
do Maranhão

